

Cegos imploram Justiça de Sérgio Moro

09-Set-2019

Tal qual o próprio símbolo tradicional da Justiça Cega, os Deficientes Visuais clamam agora à Nova Justiça Brasileira do Governo Bolsonaro e do Ministro Sérgio Moro para a competente investigação da quadrilha de estelionatários que descaradamente roubaram o patrimônio da instituição que lhes dava abrigo.

O local é hoje, disfarçadamente, um estacionamento

A sede própria dos cegos foi demolida arditosamente, do fundo para a frente, para não despertar suspeita, num golpe criminoso dos diretores estelionatários, que haviam assumido a APITC – Associação Promotora de Instrução e Trabalho para Cegos, até hoje impunes, sob o escudo de renomada entidade internacional.

A Tragédia da APITC

Miguel Felício de Albuquerque*

Associação

Promotora de Instrução e Trabalho para Cegos, fundada em 20 de maio de 1927, sede própria CGC 61.841.072/0001-14, Inscrição Estadual 106.409.597, matriculada na Secretaria de Promoção Social sob nº 89.

Em

2 de abril de 2007, novos administradores, uma nova etapa administrativa, elaborada pelo Major PM Reformado, Lourival Pacheco, presidente e o Cap. PM Reformado, vice-presidente Miguel Felício de Albuquerque.

Após

terem sido eleitos, para dirigir a Associação Promotora de Instrução e Trabalho para Cegos de 2007 a 2010, de acordo com os estatutos da entidade, para gestão de três anos.

Mas,

ao constarmos que ela passava por uma crise financeira, aos R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) de dívida ao mês, com dívidas a pagar, salários atrasados, férias, 13º, FGTS, fornecedores de matéria-prima, cegos sem trabalho e os trabalhos de artigos domésticos, como vassouras, rodos etc, estavam parados por falha de matéria-prima. Mas após quatro meses da atual gestão, normalizou-se o pagamento dos funcionários e começaram a receber em dia. Os salários foram programados e pagos.

Em

pouco tempo, vários problemas foram realizados, com muito trabalho e dedicação.

A

cozinha, em pleno funcionamento, com ajuda da Indústria FAME e uma firma de confecção de roupas, em frente à APITC.

O

pão para o café da manhã era fornecido pelo Sr. Sérgio da padaria, esquina da rua Siqueira Bueno, com rua Visconde de Parnaíba.

Com

a receita do bazar dos alugueis e venda dos produtos dos boxes da entidade nos mercados municipais, partiu-se para as adaptações das escolas, com vinte e quatro computadores, fornecidos pela Subprefeitura Mooca, com auxílio do Promotor de Justiça Lauro Gomes Ribeiro, escola de braile, mobilidade, cadeira de massagem, com professores especializados, tudo pago pela APITC.

Os

computadores foram instalados numa sala ao lado do bazar e foi preciso contratar eletricitas especializados, para a devida instalação e pedreiros para a construção dos sanitários masculino e feminino. As compras de mercadorias, para abastecer os boxes nos mercados municipais Central, Pinheiros e Lapa, eram transportados no meu carro.

Por

fim, comprei uma caminhonete Fiat 94, por apresentar melhores condições no transporte de mercadoria e retirada de coações.

Na

minha saída, doei a referida caminhonete para a APITC e a mesma também desapareceu.

Ainda

foi construído um caminho tátil, para os cegos, ligando o Metrô Belém a sede da rua Cajuru, 722/730. O prédio da associação muito antigo, foi preciso fazer uma revisão geral em todo o telhado. O piso todo estourado, desde a calçadas, tendo sido restaurado por mim e o sobrinho de nome Nilo aos fins de semana. A esposa Maud e a filha Sandra, me auxiliaram muito nas vendas do bazar.

É

lamentável o que aconteceu na APITC.

Pois

desde 2010, quando o Major PM Ref. Lourival Pacheco, passou o cargo para o sr. Edson Petrillo, o qual em desobediência aos estatutos, que ficou pouco no cargo de 2010 a 20-05-2011, tendo passado o cargo para Paulo Rogério Compri, que assumiu já alterando o estatuto.

Gestão

de três anos para oito anos, com término para vinte de maio de 2018.

O

presidente Paulo Rogério Compri, desviou completamente a finalidade da APITC, que era das mais nobres, pois visava eliminar a mendicância e prestar assistência aos cegos.

Entretanto,

logo no início de sua gestão administrativa, em poucos meses encerrou todas as atividades da APITC, e daí em diante, não fez nada em benefício da entidade, dispensando até a sua diretoria, ficando só no cargo, vindo uma vez ou duas ao mês, visando só interesses no recebimento do aluguel, da renda de algumas propriedades, que ainda restavam das mãos de alguns maus administradores, que passaram pela associação.

Seus

dirigentes sempre foram voluntários e trabalhavam para ajudar os mais necessitados, o que não aconteceu, com o presidente Paulo Rogério Compri, que em julho de 2016, também em desobediência aos estatutos e ao seu plano administrativo que terminaria em 20 de maio de 2018 e em 2016, renunciando o cargo, transferindo para um grupo de amigos, inclusive o seu contador Bergmann da Silva Santos e a partir daí os cegos foram proibidos totalmente até de entrar no prédio, sede de sua propriedade, pois a APITC foi transformada em uma empresa particular de Bergmann, denominada de Pro-Labor e até a expressão Razão Social, "para cegos", foi suprimida, passando apenas para Associação Promotora

de Instrução e Trabalho (APIT), fatos que levaram os cegos a desejar a Lava-Jato, para investigar essa quadrilha de usurpadores.

Bergmann

diz ser administrador e dono de oito empresas, inclusive da APITC, rua Cajuru, 722/730.

Paulo

Rogério Compri e Bergmann mudaram o nome da APITC, para Pro-Labor e deixaram à mingua centenas de cegos, que dela necessitavam.

Vai

para nove anos que os cegos, além de terem sido expulsos de sua propriedade, até 2019 não receberam um centavo de alguns rendimentos que lhes pertencia, somente com essa intenção de se tornarem donos da APITC.

Entretanto,

como já é do conhecimento, a transformação da APITC em firma particular, as ameaças e mudanças continuam, primeiro, o escritório para a rua dos Buritis 24 – 9º andar, salas 1504 e 1505, transferência da sede para a cidade de São José do Rio Preto e atualmente dizem que se encontra na cidade de Itacaré, Estado da Bahia.

Esse

jogo de mudança, disfarce e camuflagem é para demonstrar que com eles ninguém pode.

Portanto,

sem mais explicações, esse grupo tem que cair nas mãos da Lava-Jato. Até o terreno do Jabaquara, 20m x 70 m, na avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 539, onde figurava um posto de gasolina, foi vendido para uma firma da cidade de Suzano-SP de nome Poncio Imobiliária Ltda, sede travessa Guaio, 220, bloco B, escritura datada de 2-08-2018, do primeiro Tabelião de Notas desta Capital, livro nº 4543, página 125.

Essas explicações acima são para dar satisfação à população do bairro do Belém da tragédia acontecida com a APITC, entidade que teve início em 1922, por um grupo de pessoas compostas de deficientes, videntes intelectuais que lutaram pela fundação da APITC, entre elas a sra. Isabel Cerruti e o jornalista Albino Chiodi, tendo surgido a primeira Ata em 20-05-1927, o primeiro estatuto da APITC, tendo como Lema e Objetivo “Dos Cegos pelos Cegos e para os Cegos”, gestão de três anos pelo presidente Major PM Reformado Lourival Pacheco, vice Cap. PM Reformado Miguel Felício de Albuquerque. Deixamos a entidade bem estruturada com 24 computadores, escolas de computação, braile, mobilidade, tudo pago por professor especializado pela associação.

Qualificação

Os nomes de todos os envolvidos no golpe contra os cegos, assim como as respectivas identificações e endereços, estão devidamente no processo da APITC, à disposição do Ministério da Justiça.

Miguel Felício de Albuquerque, 93 anos, é

Capitão Reformado da Polícia Militar, autor da Coletânea de artigos publicados em jornais de bairro.

A quadrilha chegou a ponto de enviar notificação extra-judicial ao Jornal do Brás, sem signatário, mas tão somente (por descuido), assinar o documento com a característica chancela da Nobre Instituição Filantrópica Internacional.

